XI ENA - Encontro Nacional da ANPUR

Salvador de 23 a 27 de maio de 2005

Planejamento, Soberania e Solidariedade: perspectivas para o território e a cidade

Título do trabalho: Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB)

Sessão escolhida: Sessão Temática 5: História da cidade, do urbanismo e do planejamento: idéias, processos e práticas.
Circulação de idéias. Modelos, metodologias e referências teóricas. Formas e estratégias de intervenção. Temporalidades e mudança de escala. Forma e estética urbana. Estruturas sociais e formas espaciais. Urbanidade, cidadania e espaço público.

Identificação dos Autores:
Autor: Nelci Tinem
Co-autores: Juliano Loureiro Celino Morais de Carvalho e Carla Gisele Macedo Santos Martins

Instituição de origem: Universidade Federal da Paraíba

Endereço, telefone e endereço eletrônico para contato:

Nelci Tinem
Rua Helena Meira Lima 700/202 CEP 18039-081 João Pessoa – PB
Tel: (083) 2262924 e-mail: ntinem@uol.com.br

Juliano Loureiro Celino Morais de Carvalho
Av. Cabo Branco, 1758/ 701 CEP 58045-010 João Pessoa – PB
Tel: (83) 226.3556 e-mail: juliano_carvalho@hotmail.com

Carla Gisele Macedo Santos Martins
Rua Luís Alves Conserva, 145/304 CEP 58051-090 João Pessoa – PB
Tel: (83) 9332-6501 e-mail: carla_gi@hotmail.com

Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB)[1]

> «Os historiadores contam histórias, que são como os itinerários que decidiram seguir através do campo objetivo dos acontecimentos (campo que é divisível até o infinito e que não está composto de átomos); nenhum historiador descreve a totalidade deste campo, pois ao ter que escolher um itinerário não pode percorrê-lo em toda sua amplitude; nenhum destes itinerários é o verdadeiro, nenhum é a História».
>
> Paul Veyne (1982)

1. Introdução.

A história da evolução da cidade de João Pessoa (PB), como de resto quase toda a história da arquitetura e do urbanismo no Brasil, geralmente aparece em uma versão única e iterativa. Quando se aprofundam estes estudos, começam a surgir os rastros de visões alternativas, de "itinerários alternativos" a essa versão hegemônica. O que incita a pesquisa são precisamente esses indícios de outras interpretações pouco exploradas.

Felipéia de Nossa Senhora das Neves (seu primeiro nome)[2] surgiu em 1585, durante a União Ibérica, fundada diretamente pela coroa como cidade real, devido ao interesse na garantia da posse deste trecho do território, onde havia um litígio constate com os indígenas. Desde o primeiro momento, porém, seu desenvolvimento foi lento, ocupando um papel periférico na rede urbana colonial, situação que persiste na contemporaneidade. Este contexto pode explicar o fato de ao longo dos séculos não ter sido formado um acervo consistente de informações sobre seu desenvolvimento e de, até o presente, serem poucos os trabalhos de fôlego sobre sua história urbana[3]. Como resultado, João Pessoa é apenas citada, e não analisada, nas obras de referência geral sobre urbanismo colonial luso-brasileiro e a bibliografia mais freqüentemente utilizada, na graduação em arquitetura e urbanismo, consiste basicamente em três autores e três livros do século XX: *Roteiro sentimental de uma cidade*, de Walfredo Rodriguez (1962), *Cidade de João Pessoa - A memória do tempo*, de Wellington Aguiar (1993) e *Uma cidade de quatro séculos*, de José Octávio Melo e Wellington Aguiar (1985). São obras importantes, em especial pela amplitude dos dados expostos, mas essencialmente parciais e com significativas lacunas.

---

[1] Sessão Temática 5: História da cidade, do urbanismo e do planejamento: idéias, processos e práticas. Circulação de idéias. Modelos, metodologias e referências teóricas. Formas e estratégias de intervenção. Temporalidades e mudança de escala. Forma e estética urbana. Estruturas sociais e formas espaciais. Urbanidade, cidadania e espaço público.

[2] Com a ocupação holandesa, a cidade passou a se chamar Frederica; após a expulsão deles, Parahyba (ou Parahyba do Norte); e depois de 1930, João Pessoa

[3] Esta situação começa a ser modificada com uma série de trabalhos de pós-graduação em processo de elaboração sobre o tema.

Simultânea e mais grave é a carência crônica de dados de caráter 'espacial', essenciais à pesquisa das disciplinas que têm na visibilidade as suas formas de expressão e manifestação, como as artes plásticas, a arquitetura e o urbanismo. Neste terreno, especificamente, é clara a deficiência advinda da ausência de uma cartografia suficientemente representativa da evolução da cidade.

Este texto apresenta os resultados de um estudo historiográfico sobre o tema, o qual explora fontes que, supõe-se, ainda não foram esgotadas, ou seja, ainda não foram aproveitadas em sua profundidade e amplitude, principalmente em relação às disciplinas relativas à já citada espacialidade, a saber:

- o mapa elaborado por Manoel Francisco Grangeiro, de 1692, registrado no livro de Rodriguez (1962);
- a *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte*, de Vicente Gomes Jardim, de 1889.

Além de dirimir contradições entre os três autores citados anteriormente (Rodriguez, Melo e Aguiar) e de verificar a autenticidade de certas informações presentes na historiografia pessoense, os objetivos principais são levantar dados de caráter espacial até agora não observados e aprofundar a discussão sobre o processo de ocupação do sítio, crescimento urbano e apropriação do solo pela população, contextualizados no urbanismo colonial luso-brasileiro. Pretende-se, ainda, que os dados levantados possam servir de subsídios para outras análises interpretativas da cidade em cada época, permitindo criar novos itinerários históricos e, simultaneamente, para estudos específicos sobre logradouros públicos e edificações isoladas. Para concretizar os objetivos, recorremos aos seguintes procedimentos metodológicos:

- análise preliminar dos documentos sobre o tema aqui tratado mais comumente consultados na área de Arquitetura e Urbanismo;
- observação minuciosa do mapa de Grangeiro de 1692;
- transformação em mapa das informações de Jardim sobre a cidade em 1889;
- sobreposição do mapa elaborado no item anterior ao mapa de Vasconcellos[4], de 1858, e ao mapa atual da cidade, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento, com dados de 2001.

[4] A planta da cidade foi levantada em 1857 pelo engenheiro Alfredo de Barros Vasconcelos, contratado pelo então presidente da província Henrique de Beaurepaire Rohan, mas é datada de 1858.

2. A configuração da cidade na historiografia pessoense.

Uma primeira leitura do conjunto de documentos referentes à evolução de João Pessoa sugere a seguinte classificação: *a)* impressões dos visitantes; *b)* descrições e relatos oficiais; *c)* registros gráficos, fotográficos e iconográficos; *d)* compilações de dados; *e)* apologias à cidade; *f)* tentativas de construir uma versão histórica.

A qualidade dessas fontes é bastante variada. Os primeiros quatro itens se referem a documentos pré-canônicos, que, não raro, oferecem indícios importantes a serem pesquisados e, alguns, inclusive, uma vertente de leitura. Os dois seguintes incluem tentativas tardias de construir uma versão canônica que já se mesclam com revisões historiográficas e aprofundamentos monográficos, próprios do entendimento contemporâneo do estudo da história.

Até o século XIX, os textos são marcadamente descritivos e imprecisos (tipos a, b e c). Só a partir do seu final, é que as fontes, ainda descritivas, passam a preocupar-se com o espírito científico (tipos b, c e d), no sentido de fornecer dados para o mapeamento e subsídios para as ações urbanas. Jardim (1889), Rohan (1858), Tavares (1910) e Pinto (1908) são felizes exemplos desse tipo de documento. No período imediatamente posterior, surgem relatos desprovidos de qualquer "cientificidade": são apologias sentimentais e declarações de amor à cidade. Entre estes, destaca-se especialmente o já citado *Roteiro sentimental de uma cidade* de Rodriguez (1962) pela riqueza das descrições do ambiente e pela importância dos registros fotográficos. Na mesma linha, se inserem os tardios *Cidade de João Pessoa – A memória do Tempo*, de Wellington Aguiar e *Memorial da festa das Neves*, de Wills Leal. Tais obras baseiam-se em outros autores, nem sempre identificados, que freqüentemente repetem terceiros, numa cadeia de citações que dificulta o traçado de uma linha de filiação[5].

Ao mesmo tempo, surgem trabalhos que se pretendem "isentos", como *Caminhos, sombras e ladeiras*, de Batista (1951), em sua tentativa de uma leitura sociológica do urbano, e como *Monumentos históricos e artísticos da Paraíba* (Barbosa, 1953).

A partir de 1980, com o crescimento da universidade e o conseqüente desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, começam a surgir trabalhos onde se pode sentir o latente desejo de construir uma história (ou pelo menos parte dela), que podem ser classificados nos três subgrupos seguintes.

[5] A esse respeito Ginzburg citado por Tafuri (1984) afirma: «Os elos da cadeia se remetem uns aos outros reciprocamente e a inteira cadeia se sustenta no vazio (…) O cão crê morder um osso, quando na realidade está mordendo a própria cauda».

O primeiro abriga os arquitetos que começam a dedicar seus trabalhos finais de graduação à investigação de temas relativos à história de João Pessoa. Esses trabalhos são ao mesmo tempo compilações que tentam sistematizar os dados históricos disponíveis e traduções 'espaciais' dos textos existentes – as primeiras tentativas de 'mapear' essas informações.

No segundo subgrupo, encontramos dois textos cujos esforços se concentram na sistematização de uma história do desenvolvimento da cidade. Um deles é o de Melo & Aguiar (1985), que reúne textos que conformam a história desta 'cidade de quatro séculos'. É uma compilação que se constitui em uma versão desta história ou, na melhor das hipóteses, na sua versão hegemônica. No entanto, a disparidade no grau de confiabilidade dos documentos e as lacunas presentes resultaram em um produto problemático, apesar do sucesso, seguramente esperado, de um livro 'síntese' de quatro séculos de uma cidade. Na mesma linha, o de Rodriguez & Droulers (1981), também se aproxima de uma versão canônica, mas, diferentemente do primeiro, não tem a heterogeneidade dos diversos escritos e se aplica em mostrar o desenvolvimento econômico recente da cidade, resumindo, ou até reduzindo, os primeiros 'quatro séculos', que obviamente não são objeto do trabalho. O primeiro é um texto de dois historiadores preocupados em fornecer um documento de referência sobre a história da cidade. O segundo, de dois geógrafos mostrando as direções e intensidade do crescimento territorial recente da mesma cidade. Não fosse o caráter absolutamente diferente das duas obras, poder-se-ia dizer que elas se complementam.

Mais interessantes, e seguindo a tendência mais contemporânea em direção a ensaios mais monográficos e menos gerais, são outras três obras (o terceiro subgrupo): Melo (1990) claramente aprofunda um tema delimitado e contribui principalmente com a nossa área de estudo; Aquino (1988) nos contempla com o estudo historiográfico mais abrangente e completo das fontes escritas sobre a João Pessoa do primeiro século; e Menezes (1985) trata de um tema geral, mas centra sua pesquisa na cartografia do século XVII, tomando o cuidado de escolher um título que manifeste os limites do trabalho, e alcançando as melhores considerações já feitas sobre a evolução de nosso traçado.

Quadro das fontes pesquisadas por data[6]:

Autor	**Obra**	**Data**
Anônimo	Sumário das Armadas	1595
MORENO, Diogo de Campos	Livro que dá Razão do Estado do Brasil	1610
BRANDÔNIO (Ambrosio Fernandes Brandão)	Diálogo das grandezas do Brasil	1618
ALBERNAZ, João Teixeira	Paraíba ou rio de São Domingos	1626
PASCHOA, Antonio Gonçalves	Descrição da cidade e da barra do Parahyba	1630
Anônimo	Frederick Stadt (na estampa Afbeeldinghe van Pariba ende Forten)	1634
VISSCHER, Claes Jansz	Parayba (no desenho Afbeelding der stadt en fortressen van Parayba)	1634
HERCKMAN, Elias	Descrição Geral da Capitania da Paraíba	1639
VINGBOONS, Johannes	Frederyck Stadt	1640
BARLEI, Gaspar	História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil	1647
POST, Frans	Parayba (Gravura no livro de Barlei)	1647
BROSTERHUISEN, Jan van	"Frederica Civitas" (Gravura no livro de Barlei)	1647
GRANGEIRO, Manoel Francisco	Croqui da cidade da Parahyba	1692
MENESES, José César de	Breve noticia da Capitania da Parahyba	1774
CASTILHO, Fernando Delgado Freire de	Relatório anual do presidente da província	1799
KOSTER, Henry	Travels in Brazil	1816
KIDDER, Daniel	Sketches of residence and travels in Brazil	1845
ROHAN, Henrique de Beaurepaire	Relatório do presidente da província	1858
JARDIM, Vicente Gomes	Monographia da Cidade da Parahyba	1889
JOFFILY, Irineu	Notas sobre a Parahyba	1892
PINTO, Irineu Ferreira	Datas e notas para a história da Paraíba, vol. 1 e 2	1908/16
TAVARES, João de Lyra	Apontamentos para a história territorial da Parahyba	1910
MEDEIROS, Coriolano	O Tambiá da minha infância	1942
BATISTA, Juarez	Caminhos, sombras e ladeiras	1951
BARBOSA, cônego Florentino	Monumentos históricos e artísticos da Paraíba	1953
RODRIGUEZ, Walfredo	Roteiro sentimental de uma cidade	1962
ALMEIDA Maurílio	Presença de D. Pedro II na Paraíba	1975
RODRIGUEZ, Janete & DROULERS, Martine	João Pessoa – Crescimento de uma capital	1981
CARVALHO, PAULA & MOTA	Evolução urbana de João Pessoa	1981
MAIA, DANTAS & GALVÃO	Evolução do uso residencial em João Pessoa	1984
AGUIAR, Wellington & MELO, José Octávio de	Uma cidade de quatro séculos	1985
MENEZES, José Luiz Mota	Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa	1985
AQUINO, Aécio Villar de	Os cem primeiros anos da vida social de uma cidade	1988
MELO, José Octávio de	Os coretos no cotidiano de uma cidade	1990
AGUIAR, Wellington	Cidade de João Pessoa – A memória do tempo	1992
LEAL, Wills	Memorial da festa das Neves	1992
SORIANO, Ana Gabriela.	Os espaços públicos da Parahyba 1916-1924	2001

[6] A data é da publicação dos impressos, da apresentação dos trabalhos acadêmicos e da redação dos documentos antigos reeditados em livro.

De maneira geral, percebe-se que a versão hegemônica que trata da história de João Pessoa (que não inclui as três últimas obras citadas) sofre de falhas graves: impregnação por uma visão saudosista, grandes intervalos de tempo ignorados, tratamento dos séculos XVI a XIX como um passado abstrato, homogêneo e estático – verdadeiramente não-histórico. Para contornar tais limitações, o presente trabalho volta às fontes primárias – os textos de Rohan (1858) e Jardim (1889) e os mapas de Grangeiro (1692) e de Vasconcelos (1858). Todos são documentos de fácil acesso, mas que, apesar de seus atributos, têm sido pouco explorados e ainda possuem uma potencialidade que julgamos importante de ser verificada. Nossa abordagem, pela proximidade do recorte temático e metodológico, termina por constituir um diálogo com as obras de Menezes (1985), em nível local, e Reis (2000), como referência mais abrangente.

3. Mapa de Manoel Francisco Grangeiro (1692) – surgimento da Cidade Baixa.

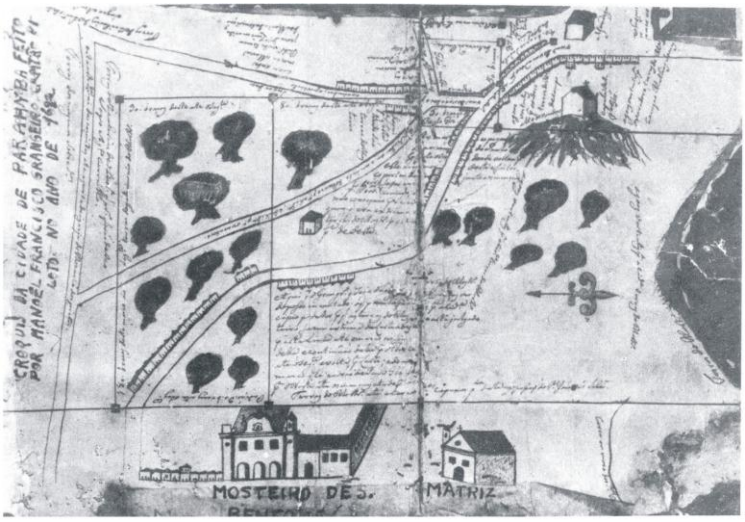

Imagem 1: **Mapa de Manoel Francisco Grangeiro**, de 1692.
(Rodriguez, 1962)

O mapa elaborado pelo capitão-piloto Manoel Francisco Grangeiro, que retrata a cidade em 1692, foi publicado inicialmente por Rodriguez (1962), que transcreve, como legenda da imagem, as diversas anotações feitas sobre o precário desenho (ver imagem 1). Depois disso, foi republicado apenas num álbum sobre a cidade (Rodriguez, s.d.) e não sofreu qualquer tipo de análise. O documento adquire grande importância por ser o único registro gráfico da cidade entre a época da ocupação holandesa (primeira metade do século XVII) e a célebre planta de Alfredo de Barros e Vasconcellos (1858), sendo, assim, capaz de fornecer algumas informações originais.

O sítio de fundação da cidade foi um topo de colina, relativamente plano, nas proximidades do Rio Sanhauá, no ponto em que este formava um porto natural. A situação segue um padrão comum do urbanismo colonial português (Reis, 2000) e o espaço ocupado permaneceu neste topo de colina durante várias décadas, inclusive durante a ocupação holandesa, como demonstra a cartografia da época, já exaustivamente estudada (Menezes, 1985). Enquanto isso, a ocupação ribeirinha se restringia a dois ou três edifícios ligados ao porto e à defesa. É importante insistir neste ponto devido à constante repetição, nos meios de comunicação e mesmo por setores ligados à preservação do patrimônio, de frases como "a cidade nasceu às margens do rio" ou "Cidade Baixa, berço de João Pessoa".

Herckman (1639) em sua *Descrição geral da Capitania da Paraíba* identifica a então Frederica "*situada ao comprido sobre a eminência do monte que fica defronte da baía do Varadouro*". Embora não ignore a 'baía' – de ocupação rarefeita e pontual, seu 'conceito' do que seria a cidade enquanto espaço visivelmente edificado permitiu identificar como urbe apenas a Cidade Alta.

O mapa de Manoel Francisco Grangeiro é o primeiro em que se percebe a ocupação efetiva da margem direita do rio, formando um bairro edificado (o Varadouro), onde se observam dezenas de prédios ocupando duas vias principais e uma capela num pequeno promontório, com localização e orientação semelhantes à da atual Igreja de São Frei Pedro Gonçalves[7]. Estando correta a data indicada, pode-se concluir que a ocupação se deu neste intervalo de 40 anos (entre a expulsão dos holandeses e 1692), revelando um desenvolvimento expressivo para os padrões de uma cidade de crescimento muito lento. A determinação da ocupação dessa parte da cidade nas décadas que seguem imediatamente a expulsão dos holandeses está ausente das obras sobre o tema, mesmo em se tratando de um fato tão importante. Ainda que a data não esteja exatamente correta, Grangeiro permanece como primeira fonte a documentar tal fato.

A determinação dos fatores que levaram ao surgimento do bairro do Varadouro ainda merece estudos, mas o caso de Salvador, onde também ocorreu a formação de um bairro baixo na segunda metade do século XVII, pode ser esclarecedor (Reis, 2000). João Pessoa, mesmo bem menor, enfrentava situação semelhante, com dificuldade de expansão no alto, em virtude das limitações do relevo e da ocupação das áreas de crescimento natural pelos conventos e chácaras.

[7] Na obra de restauração da Igreja, foram encontradas as fundações desta capela primitiva.

A análise da toponímia presente no mapa enriquece sobremaneira sua leitura. Primeiro, é possível encontrar futuras vias importantes ainda em estado tão embrionário que permaneciam fora do espaço urbano, recebendo o nome de estradas: é o caso da estrada ou caminho do carro para a cidade (atual Barão do Triunfo) e da estrada que vai das cacimbas até a porta da Igreja do Rosário dos Pretos (atuais Padre Azevedo e Guedes Pereira). As duas vias citadas, bem como a rua do Varadouro para a cidade (atuais Visconde de Inhaúma, João Suassuna e Areia), e a rua do Varadouro para cacimbas e portinho (atual Maciel Pinheiro), têm, assim, resgatados nomes puramente descritivos que seriam posteriormente reduzidos até perderem seu valor referencial, passando a estrada do carro[8], caminho das cacimbas e rua do Varadouro (são estas últimas as denominações encontradas nas mais antigas fontes pesquisadas). Na denominação da atual rua Maciel Pinheiro, não sobrou nem vestígio da descrição do caminho que a originou, já que o nome mais antigo registrado em outras fontes é o de Rua das Convertidas (novamente descritivo e abreviado, em virtude da existência da Casa das Convertidas).

Indo um pouco além, percebe-se que, ao falar de caminhos de diversos lugares para a cidade, quem elaborou o mapa ainda não entendia este conjunto de ruas, mesmo as edificadas, como parte dela. Para Grangeiro (possivelmente de acordo com o entendimento da população da época), não existia a dicotomia Cidade Alta/Cidade Baixa, mas uma única cidade da Parahyba, no topo da colina. Em outras palavras, a Cidade Baixa é flagrada antes mesmo de receber essa denominação, quando o Varadouro era apenas um arrabalde com pouca importância.

Ainda sobre o desenvolvimento de tal área, o fato de, muito depois, em 1816, Henry Koster, ao descrever a *cidade da Parahyba, afirmar* que "*A parte baixa da cidade é composta de pequenas casas* (...)" (Koster, 1978 apud Aguiar e Octavio,1985), indica que sua efetiva valorização econômica e arquitetônica só iria ocorrer posteriormente, ao longo do século XIX. Diferentemente de Grangeiro, porém, o viajante já reconhece este bairro como parte integrante da Cidade da Parahyba, ao informar sua população *"compreendendo a parte baixa (...)".* Décadas mais tarde, o relato de Daniel Kidder igualmente se refere ao Varadouro como Cidade Baixa – denominação naquele momento já consagrada. Impõe-se portanto, no século XIX, espelhado na visão destes dois viajantes, o binômio que até hoje encontra eco nos autores consultados: Cidade Alta/ Cidade Alta.

[8] A denominação inicial explicava que esta estrada, por sua inclinação suave, permitia um melhor trânsito de carros para a Cidade Alta, em relação às ladeiras.

4. Monografia da cidade da Paraíba do Norte, de Vicente Gomes Jardim (1889)[9]. Para além da dicotomia Cidade Baixa/Cidade Alta.

A *Monografia da Cidade da Paraíba do Norte*[10], de Vicente Gomes Jardim (agrimensor dos terrenos da marinha) foi publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba* em duas partes, nos volumes de 1910 e 1911. Ela se inicia com um breve "esboço histórico", seguido da descrição verbal do levantamento topográfico da cidade. Inclui ainda o registro dos nomes antigos, do número de sobrados, de casas térreas de alvenaria e de casas de palha, logradouro a logradouro, e também alguns dados sobre cada prédio público. Assim, constitui um registro detalhado e preciso da cidade neste período, que também não foi aproveitado da forma devida pelos diversos autores posteriores. Rodriguez[11] (1962) e Melo & Aguiar (1985) reproduzem um resumo do trabalho que apenas enumera as ruas e o número total de edificações, mas não se interessam pela descrição minuciosa, justamente o que o trabalho tem de mais rico. O trabalho de Carvalho Neto *et al* (1981), por sua vez, com sua abordagem mais sistemática da evolução urbana de João Pessoa, chega a apresentar um mapa da cidade em 1889, data que indica Jardim como sua fonte. Porém, a escala reduzida, a ausência de detalhes e as diversas falhas que tal mapa apresenta[12] indicam que ele foi desenhando a partir de uma planta contemporânea da qual foram apagadas as vias cujos nomes não estavam presentes no resumo publicado por Walfredo Rodriguez. Partindo da cidade atual de forma meramente subtrativa, a maioria das vias desaparecidas no período 1889-1981 acabou desconsiderada, assim como desconsiderados foram a forma de ocupação, os casos de realinhamento, prolongamento e diminuição de vias e aqueles em que a correspondência na toponímia não pôde ser satisfatoriamente elucidada.

Em nossa pesquisa, iniciamos o desenho do mapa da cidade em 1889 diretamente das informações de Jardim, traçando os eixos das vias de acordo com sua extensão e sua orientação geográfica e a eles acrescentando a largura, também registrada pelo autor. Só então, a imagem formada sofreu adequações à base cartográfica atual (SEPLAN, 2001), que foram indispensáveis para a sobreposição dos dois documentos. Devido a estes ajustes, bem como ao fato de que Jardim não incluiu a largura de todas as vias, o resultado

[9] Nesta seção, a nomenclatura adotada para as ruas é a mesma de Vicente Gomes Jardim, nossa fonte principal, muitas vezes diferente da atual.
[10] Em 1930, a cidade da Paraíba do Norte passou a se chamar João Pessoa.
[11] Este sem citar a fonte.
[12] Só após a preparação de nossa própria versão do mapa, foi possível verificar com maior precisão tais falhas (como, por exemplo, a ausência de uma série de becos e de alguns largos).

alcançado, apesar de todo o cuidado em sua montagem, não é perfeito. Sua importância provém do fato de ele ser um mapa inédito da cidade, o mais possível fiel, numa época de rápido crescimento e de que não há outros registros gráficos seguros (ver imagem 2).

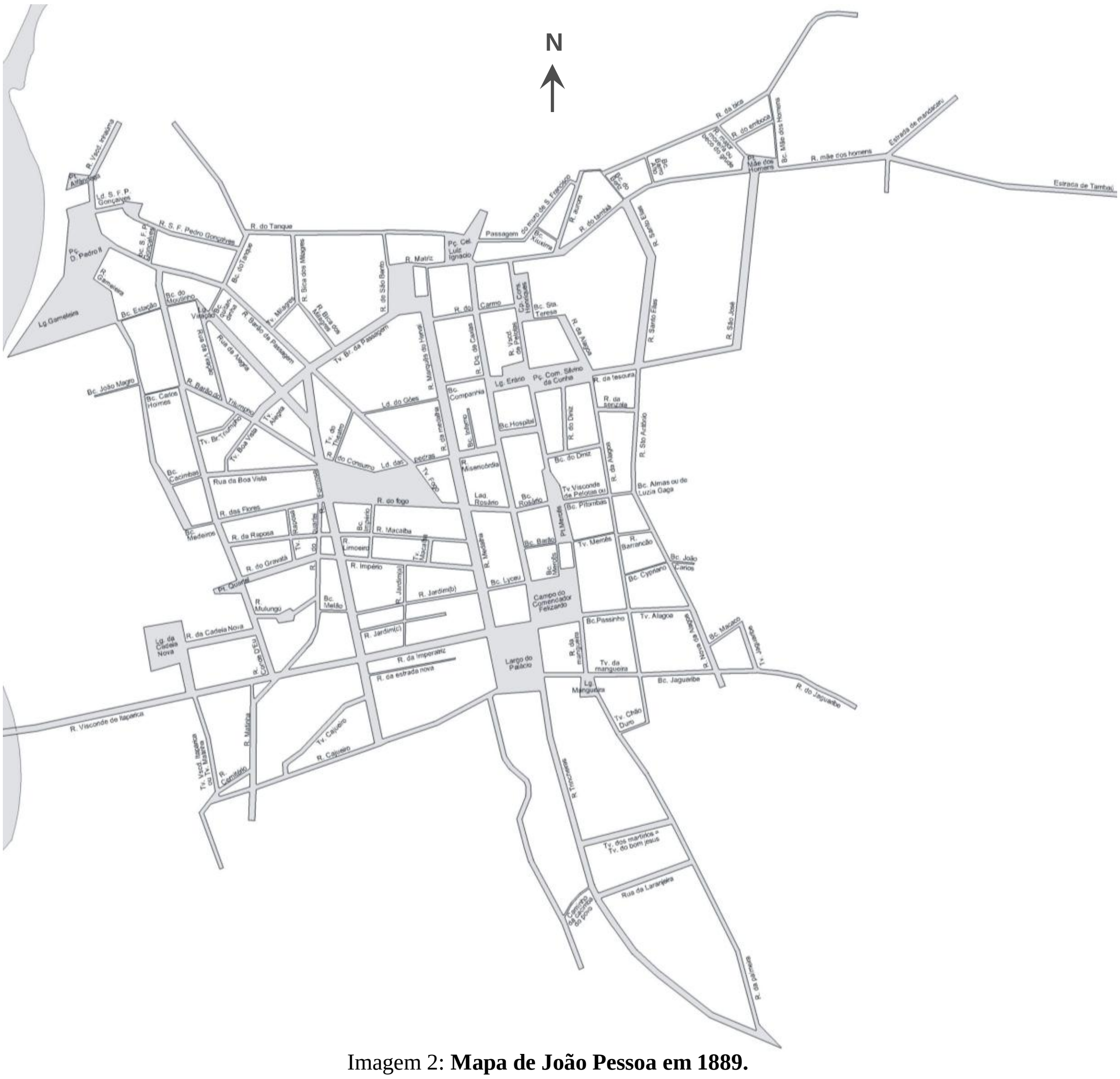

Imagem 2: **Mapa de João Pessoa em 1889.**
(elaborado por Carla Gisele M. S. Martins e Juliano Loureiro Loureiro C. M. de Carvalho, a partir das informações extraídas da Monografia da Cidade da Paraíba do Norte, de Vicente Gomes Jardim, publicada em 1910 e 1911 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, em dois volumes).

O passo seguinte foi a comparação do mapa desenhado com outros já existentes. O registro gráfico anterior temporalmente mais próximo é o de Alfredo de Barros e Vasconcellos, de 1858, elaborado para o Presidente da Província Henrique de Beaurepaire Rohan, conhecido apenas através de uma versão reduzida, de 1905. A outra referência escolhida foi é o levantamento aerofotogramétrico atual da cidade (SEPLAN, 2001).

A sobreposição dos dados das três fontes evidenciou as mudanças por que a cidade passou nestes cento e cinqüenta anos (ver imagens 3 e 4), não somente em seu traçado, mas também no grau e forma de ocupação. É possível, inclusive, associar as características de

cada um dos trechos relativamente homogêneos identificados às transformações por que ele passou. Mas, apesar da riqueza das informações coletadas, é forçoso reconhecer que o intervalo mais recente (1889-2001) é muito extenso, prejudicando sua análise, pois as mudanças encontradas, por exemplo, tanto podem ser resultado do urbanismo da década de 1920, como do da década de 1970 – momentos bastante diferentes – que o presente trabalho não pôde diferenciar[13]. Pretende-se, portanto, que os dados e reflexões levantados sejam lidos como mais uma contribuição ao estudo da história urbana de João Pessoa, e não como uma versão completa.

Antes de qualquer análise mais profunda, a sobreposição das imagens dirimiu uma dúvida corrente levantada inclusive por Menezes (1985), ao excluir qualquer possibilidade de a planta de Beaurepaire Rohan ter sido atualizada quando de sua redução em 1905, visto que esta, em todos os detalhes, apresenta uma cidade anterior (menor) à documentada no ano de 1889.

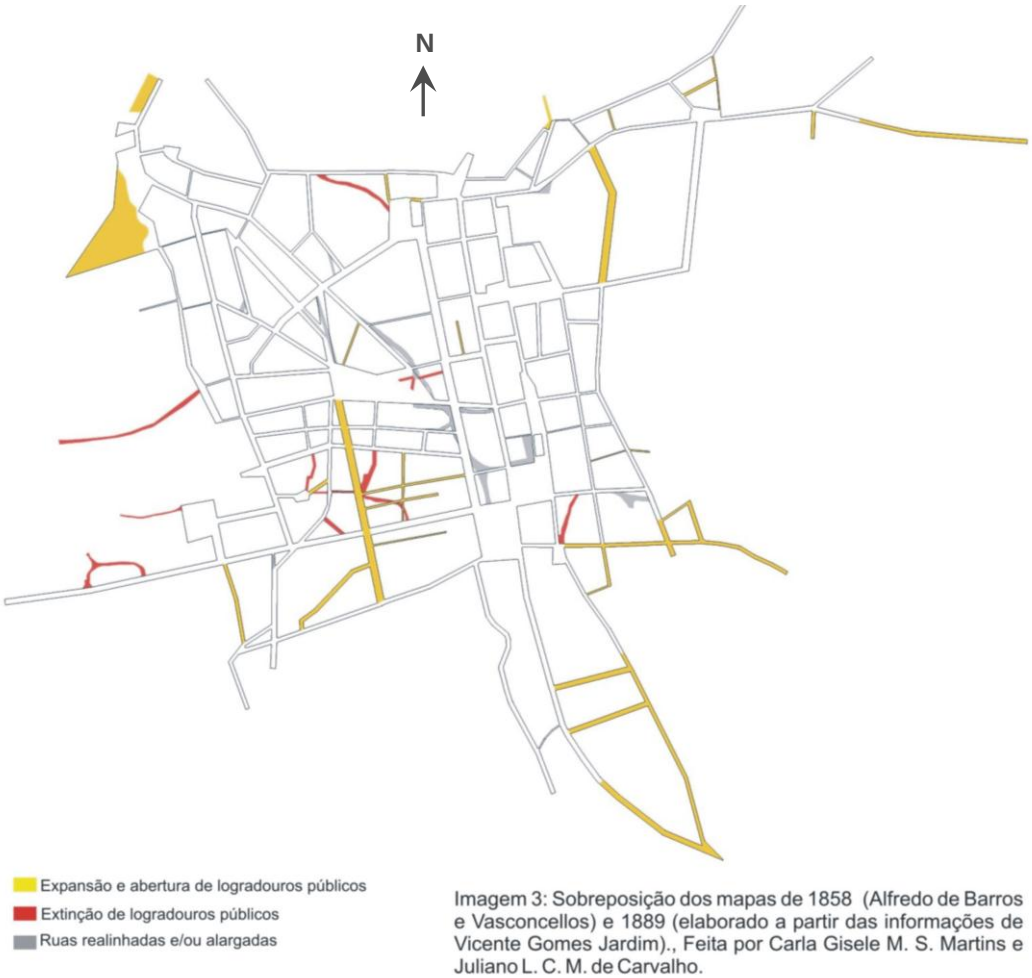

Imagem 3: Sobreposição dos mapas de 1858 (Alfredo de Barros e Vasconcellos) e 1889 (elaborado a partir das informações de Vicente Gomes Jardim)., Feita por Carla Gisele M. S. Martins e Juliano L. C. M. de Carvalho.

[13] A continuação natural da pesquisa consistiria na comparação do mapa elaborado de 1889 com a "planta da cidade de João Pessoa, acrescida de novas ruas e dividida em bairros pelo serviço de arruamento que precedeu ao recenseamento de 1940", registrada por Menezes (1985).

Imagem 4: Sobreposição dos mapas de 1889 (elaborado a partir das informações de Vicente Gomes Jardim) e 2001 (SEPLAN), feita por Carla Gisele M. S. Martins e Juliano L. C. M. de Carvalho.

A primeira área identificada é o núcleo principal da Cidade Baixa (ver imagem 5), polarizado pelas ruas Visconde de Inhaúma (antiga rua do Varadouro), Conde D'Eu (atual rua Maciel Pinheiro) e Barão da Passagem, (atual rua da Areia) que já estavam definidas desde o século XVII (ver item 3 - "Mapa de Manoel Francisco Grangeiro – surgimento da Cidade Baixa"). O mapa de Vasconcellos de 1858 (ver imagem 6) mostra a ocupação densa, característica que se acentua em 1889 – neste ano, há, nas três vias, 42 sobrados e quase nenhum terreno vago (Jardim, 1910, pp.93-97). Estando tão consolidada esta área de uso predominantemente misto[14], sua única modificação na segunda metade do século XIX foi a incorporação de alguns trechos das margens do rio Sanhauá, formando o largo da Gameleira e prolongando a noroeste a rua Visconde Inhaúma[15].

[14] Nos sobrados da Cidade Baixa, o uso comercial predominava no térreo, com a família do comerciante ocupando o primeiro pavimento e, quando era o caso, os caixeiros num eventual segundo pavimento (Batista, 1951).

[15] As descrições que se seguem seriam melhor visualizadas através dos mapas detalhados elaborados na pesquisa, que não estão incluídos no presente texto em virtude da limitação no número de páginas para texto e imagens. Entretanto, tais mudanças podem ser vislumbradas, em escala reduzida, nas imagens 3 e 4.

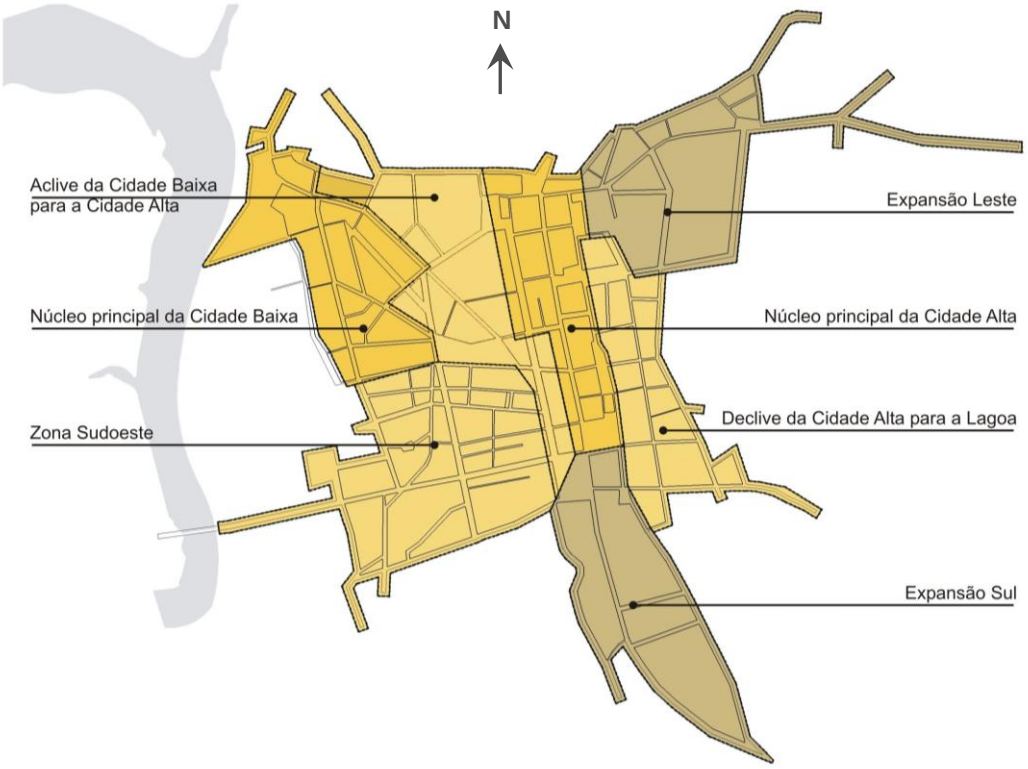

Imagem 5: Zonas identificadas na análise dos dados de Vicente Gomes Jardim (em sua "Monografia da Cidade da Paraíba do Norte"). Mapa elaborado por Carla Gisele M. S. Martins e Juliano Loureiro C. M. de Carvalho.

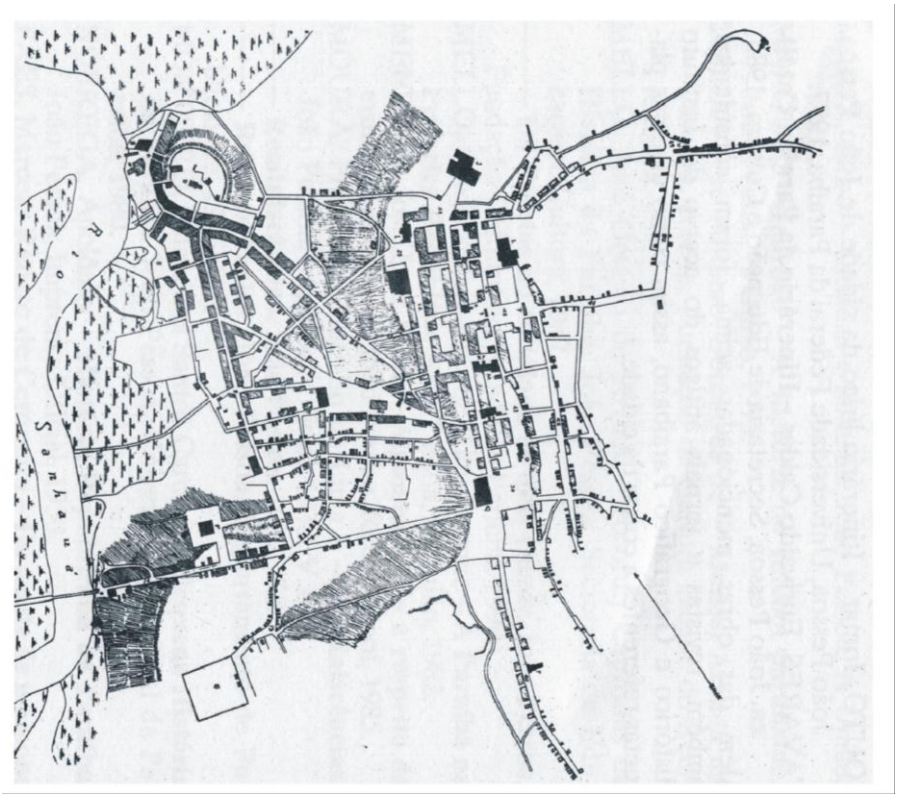

Imagem 6: Mapa de Alfredo de Barros e Vasconcelos (1858)

Em 1858, mais que o núcleo da Cidade Baixa, o da Cidade Alta, estruturado a partir das ruas Marquês do Herval (antiga rua Nova, atual avenida General Osório), Duque de Caxias (antiga rua Direita) e Visconde de Pelotas (antiga rua da Cadeia), era antigo, denso e consolidado. Estas características se estendiam do Convento de Santo Antônio e da Matriz, ao norte, até o Campo do Comendador Felizardo (atual praça João Pessoa) e a Ladeira das Pedras, ao sul. Assim como na cidade baixa, até 1889, o adensamento continua (também alcançando 42 sobrados) e as poucas mudanças no traçado são o prolongamento da rua da Matriz até a rua de São Bento, passando por trás da própria Matriz, e a abertura de uma passagem de acesso a parte dos quintais das ruas Marquês do Herval e Duque de Caxias.

Durante o século XX, porém, estas áreas, que estavam tão consolidadas, e que pouco haviam mudado no período 1855-1889, sofreram uma série de intervenções radicais. No núcleo principal da Cidade Baixa, percebe-se o surgimento da rua Porto do Capim, por sobre uma antiga área de manguezal, a definição completa da última quadra norte da rua Visconde Inhaúma e a ocupação da rua de S. Frei Pedro Gonçalves, a qual anteriormente era só de quintais – mas todas estas modificações foram apenas a continuação do processo de ocupação e adensamento do lugar. Só quando se observam a abertura da praça Antenor Navarro (com a demolição do quarteirão adjacente ao beco de São Frei Pedro Gonçalves, que se extinguiu no processo), o fechamento do beco de Carlos Holmes e o prolongamento das ruas da Alegria e Barão do Triunfo (atravessando quadras preexistentes), é que se percebe o caráter das intervenções urbanísticas do século XX em João Pessoa: abundância de ações agressivas sobre tecidos urbanos preexistentes, efetuada, nas primeiras décadas do período, em nome dos objetivos de "circulação, saneamento e embelezamento" e depois para atender principalmente ao volume de tráfego automotor sempre crescente.

Este mesmo processo pode ser verificado na Cidade Alta, num primeiro momento com o desaparecimento do trecho final da rua da Matriz e dos becos do Inferno e do Rosário, a demolição da Igreja das Mercês (ampliando o pátio das Mercês, que se tornou a praça 1817) e a abertura do ponto de Cem Réis (com a demolição da Igreja do Rosário). Posteriormente, com o exacerbamento da preocupação com a circulação, surgem os viadutos Dorgival Terceiro Neto (atravessando três quadras e descaracterizando o beco do hospital) e Damásio Franca (sobre o Ponto de Cem Réis). A cidade do século XIX, que crescera segundo os padrões pré-industriais da época colonial, se tornara obsoleta perante

os novos usos e ideologias, e terminou por ser "remodelada" para uma utilização mais simples.[16]

Nos trechos consolidados, é possível perceber a distinção nítida e sempre presente entre ruas e becos, tão característica do urbanismo português, com seus lotes voltados quase exclusivamente para as faces maiores das quadras alongadas, de modo que as faces menores destes quarteirões têm poucos prédios e pouca importância (Rossa, 2002). Percebe-se, também, a quase ausência de casas de palha, indicando uma ocupação de classes média e alta.

O binômio Cidade Alta consolidada/Cidade Baixa consolidada, porém, só descreve uma parcela da cidade da Paraíba do Norte da segunda metade do século XIX: aquela mais antiga, ocupada e utilizada majoritariamente pela elite econômica. Além destas zonas, é necessário identificar o restante da Cidade Baixa, a área de aclive da cidade Baixa para a Alta e área de declive entre esta última e a Lagoa (ver imagem 5). Tais áreas já se encontravam ocupadas em 1858, mas de forma mais ou menos esparsa, com a maioria das edificações isoladas umas das outras, ruas e travessas que se assemelham a becos, traçados tortuosos resultantes das edificações (e não o contrário), e uma alta porcentagem de casas de taipa e palha (que chega, em 1889, em muitas das vias em questão, a mais de 50%, e em alguns casos supera os 80%). Certamente é a estas zonas que se refere o presidente da província Beaurepaire Rohan em seu relatório de 1858, quando fala do "*labirinto em que se vai visivelmente convertendo a cidade*" (PINTO, 1977, p.264), e, não por acaso, é justamente na zona sudoeste (Cidade Baixa não-consolidada) que vão se concentrar suas famosas ações, as quais antecipam, de certa forma, o urbanismo que viria a se afirmar localmente nas décadas de 1920 e 1930[17].

O mapa do ano de 1889 elaborado permite observar a necessária espacialização dos projetos concretizados por B. Rohan, que não chegaram a ser registrados na planta por ele encomendada: a retificação da Rua da Medalha, a abertura da Rua Formosa, o fechamento

[16] É possível refletir sobre a hipótese da incompletude da readequação do centro à contemporaneidade como um dos fatores de sua decadência, bem como sobre alternativas de adequação compatíveis com a preservação patrimonial. Neste sentido, o exemplo do antigo beco do Barão, que muito provavelmente se transformou na Galeria Augusto dos Anjos (ligando a atual praça 1817 à rua Duque de Caxias), uma movimentada passagem de pedestres para a qual se abrem salas comerciais, é significativo das potencialidades de convivência traçado antigo/ uso contemporâneo.

[17] A diferença entre as duas épocas é que em 1858 as idéias dominantes são a ordem e o higienismo, de modo que a zona consolidada, onde esses problemas eram menores, foi respeitada, enquanto que no início do século XX, o ideal da modernização se uniu aos antigos, implicando em modificações mais amplas. As relações entre estes dois momentos e o paradigma das ações de Haussmann em Paris (1853-1869) são um campo de estudo fecundo.

da Rua do Melão[18] e de algumas outras vielas, e a delimitação do Jardim Botânico[19]. A monografia de Jardim, ao definir como limites desse espaço público as ruas Formosa, da Imperatriz, do Império e da Medalha, ao mesmo tempo em que revela mudanças nos planos do presidente expostos no relatório, permite retificar a informação sustentada por Aguiar (1992) de que tal área se estendia até a rua do Fogo.

A ação de B. Rohan mostra-se bem-sucedida quando consegue, no caso das ruas Formosa e da Medalha, criar espaços ordenados, de acordo com seus objetivos iluministas, sendo que a última chega a se integrar "naturalmente" no prolongamento da rua Nova, como se sempre tivesse feito parte da Cidade Alta consolidada.

Nas áreas não consolidadas, as mudanças na segunda metade do século XIX vão além das implementadas por B. Rohan e são múltiplas. Na zona Sudoeste e no aclive Cidade Baixa/Cidade Alta verificou-se: a implantação da estrada de ferro, a ocupação da rua do Cajueiro e do último quarteirão sudeste da rua da Areia[20], a formação das travessas do Cajueiro e Visconde de Itaparica, da rua da Estrada Nova e das três ruas do Jardim (localizadas dentro do perímetro do malfadado Jardim Botânico, não tinham nome na época, e atualmente são Irineu Pinto, Eugênio Toscano e Tenente Retumba). Na zona de declive para a Lagoa, verificaram-se: o prolongamento da rua Nova da Alagoa, o surgimento da rua do Jaguaribe, das travessas do Jaguaribe e do Chão-Duro e dos becos do Jaguaribe, do Cipriano e do Macaco. Portanto, o que ocorreu foi, com exceção dos pontos de intervenção direta do presidente Rohan, um crescimento "espontâneo" no número de moradores através do surgimento de uma quantidade significativa de novas vias e passagens, sem que a ocupação precária e pouco densa tenha se modificado essencialmente.

Desde 1889, essas mesmas áreas passaram por um adensamento que levou à edificação contínua em quase todos os lotes, e por um ciclo de transformações semelhantes às que ocorreram na zona consolidada: intervenções do poder público, fechando vielas e abrindo vias mais largas, em nome do saneamento e da circulação. Assim, no Sudoeste, todo o sistema viário além da rua da Gameleira foi criado em terrenos de manguezal; a rua Olímpio Pessoa de Arruda foi aberta sobre o tecido preexistente; o beco do Império e duas

[18] Apesar das afirmações de alguns autores de que a rua do Melão foi fechada para dar lugar à rua Formosa, o mapa elaborado mostra como ambas se tratam de intervenções independentes.
[19] O Jardim Botânico, apesar de já não existir em 1889, é descrito por Vicente Gomes Jardim.
[20] Embora os primeiros quarteirões da rua da Areia, na Cidade Baixa, estivessem totalmente consolidados em 1858, o trecho em forte aclive, no acesso à Cidade Alta, ainda estava vazio, e foi, por isso, incluído nas áreas não consolidadas. Até 1889, ele foi ocupado, seguindo o alinhamento da rua e modificando o traçado do antigo caminho.

das antigas ruas do Jardim foram prolongados passando por dentro de antigas quadras; e a rua do Mulungu, o pátio do quartel de polícia e parte da travessa da raposa foram extintos. Perto da Lagoa, a praça do Comendador Silvino da Cunha, a rua da Senzala e os becos do Barrancão, do Macaco, do João Carlos e do Cipriano foram fechados, enquanto a rua de S. Antonio foi realinhada e a avenida Miguel Couto foi aberta atravessando quadras preexistentes.

Os resultados dessa política foram que, desde 1889, a distinção entre todas as zonas citadas até agora foi sensivelmente diminuída nos aspectos urbanos e o trânsito entre elas foi bastante facilitado. A distinção entre os becos (claramente secundários) e as ruas também diminuiu com a pavimentação generalizada e com os realinhamentos e modificações na ocupação com desmembramentos que geraram prédios voltados para os becos. As antigas diferenças entre zonas consolidadas e não-consolidadas podem ser observadas nos exemplares de arquitetura remanescentes e nas vias estreitas e acanhadas que persistem na zona Sudoeste (embora agora em retícula bem mais regular). No declive para a Lagoa (acesso para o resto da cidade atual), com o aumento no tráfego, o alargamento de vias e a destruição da arquitetura, especialmente intensos, os vestígios da antiga ocupação tornaram-se ainda menos visíveis.

Finalmente, a descrição da cidade em 1889 também capta claramente sua expansão nos sentidos sul, com o bairro das Trincheiras, e leste, com o bairro de Tambiá. Em 1858, a ocupação destas áreas já havia se iniciado, mas o caráter do meio ainda era rural, com chácaras e pequenas casas isoladas dominando a paisagem. O registro de Jardim mostra como o processo de ocupação continuou nas Trincheiras, com o prolongamento da rua de mesmo nome e a abertura das ruas da Laranjeira, da Palmeira e da travessa do Bom Jesus e em Tambiá, com o surgimento das ruas do Emboca, Santo Elias (atravessando terras que em 1858 faziam parte do Convento do Carmo) e dos becos do Barro Alto e da Mãe dos Homens e o prolongamento da rua da Mãe dos Homens. Neste período, a ocupação de tais áreas ainda era suburbana e de baixa renda, persistindo inclusive os sítios na própria rua do Tambiá (Medeiros, 1994). Com efeito, tal via, mais próxima à cidade, era menos ocupada que a rua da Mãe dos Homens, de modo que o bairro quase que se isolava, como uma aldeia à volta de sua capela.

Tambiá e Trincheiras só viriam a ter sua ocupação completada nas primeiras décadas do século XX, quando nelas se instalaram muitas das famílias mais abastadas da cidade, que, com seus palacetes, terminaram por dar feições completamente diferentes aos aglomerados onde antes abundavam casas de palha e cercas de faxina (Medeiros, 1994).

Posteriormente, até 2001, os dois bairros se tornaram completamente urbanos, inseridos na malha mais ampla da cidade, através da criação de uma série de novas vias ao redor da área ocupada e de modificações dentro dela. Nas Trincheiras, assistiu-se à abertura das ruas Alice Azevedo, João Machado, Nina Lima e da alameda Faraco, entre outras, ao alinhamento da atual Rodrigues Chaves e ao fechamento do caminho da Cacimba do Povo e do Largo da Mangueira. No antigo Tambiá, ocorreram a abertura de diversas novas ruas, como Pedro I, Santos Dumont, Prof. José Coelho e A. A. Sobreira, o prolongamento da rua da Tesoura e o fechamento dos becos do Barro Alto, da Xiuxirra e da passagem do muro de São Francisco.

A partir da sobreposição dos mapas, a afirmação de Aguiar (1992, p.185) sobre um suposto fechamento da rua do Grude, entre o pátio da Mãe dos Homens e a rua da Bica, perde a validade: ela continua existindo ainda hoje, com o nome de rua Major Moreira.

Os dados oferecidos pela monografia de Vicente Gomes Jardim, uma vez sistematizados, traduzidos graficamente e comparados com os mapas de Vasconcellos (1858) e da SEPLAN (2001), permitiram reconstituir o traçado da cidade no final do século XIX, espacializando as reformas de Beaurepaire Rohan e relacionar as características de cada trecho específico com suas mudanças desde 1858 até 2001.

Além disso, é possível perceber a cidade como um compósito de diversas zonas com características próprias e diferentes entre si, em contraponto à separação exclusiva da cidade em parte alta e parte baixa. Nesta perspectiva, os relatos de Kidder (1845) e Koster (1816), ao sustentarem a dicotomia em questão, exprimem uma interpretação da cidade que reflete aquela realidade ainda em formação no final do século XVII, flagrada por Grangeiro, e que estava perdendo sua validade rapidamente.

O estudo permite perceber, ainda, a continuidade existente entre a cidade de 1858 e a de 1889, bem como a ruptura entre a de 1889 e a de 2001. A partir da constatação de que Cidade Alta e Cidade Baixa, em seus trechos consolidados (mais antigos, mais valorizados socialmente e de ocupação mais densa), se assemelhavam mais entre si do que com os trechos não-consolidados correspondentes, concluiu-se pela necessidade da criação de uma nova opção de análise, baseada nas categorias cidade consolidada, cidade não-consolidada e expansão.

5. Conclusão.

De forma geral, o estudo confirmou a superficialidade do tratamento dados às fontes disponíveis e a precariedade das informações repetidas à exaustão, sem confirmação.

Com o mapa de Manoel Francisco Grangeiro, identificou-se o surgimento da cidade Baixa (bairro do Varadouro) na segunda metade do século XVII, parte de suas características iniciais e sua toponímia original, que foi se perdendo com o tempo. Percebeu-se como este núcleo, mesmo com dezenas de casas e capela, não era entendido como parte da cidade, situação que só se inverteu em valorização econômica no século XIX.

A partir da análise da *Monografia* de Vicente Gomes Jardim, apontamos, para a João Pessoa do fim do século XIX, a distinção entre zonas consolidadas, não-consolidadas e de expansão como categorias alternativas de análise que permitem superar a exclusividade da dicotomia corrente Cidade Alta/Cidade Baixa, que naquela época já significava muito mais uma abstração conceitual que o reflexo da realidade urbana vigente. Apontamos como intervalo possível entre o surgimento da Cidade Baixa e a superação da dicotomia Cidade Baixa/ Cidade Alta (enquanto espacializações urbanas diferenciadas), o final do século XVII até a primeira metade do século XIX.

O produto principal da pesquisa, o mapa de 1889 com seus desdobramentos e analogias, permite visualizar e apreender o processo de desenvolvimento urbano de João Pessoa, constituindo um novo instrumento de pesquisa sobre o objeto.

A partir da análise de duas fontes apenas, entre muitas não exploradas suficientemente, foi possível marcar diversos pontos de partida para novos itinerários que podem vir a ser trilhados futuramente. Este trabalho é uma mostra de dados que certamente poderão subsidiar novas vertentes de entendimento do desenvolvimento de João Pessoa e de seus elementos urbanos. Dele, surge uma visão dialética da cidade, caracterizada temporal e espacialmente, com configurações, usos e percepções mutáveis, em oposição à versão hegemônica dos ensaios sobre o tema, de caráter eminentemente estático.

6. Bibliografia.

1. AGUIAR, Wellington, Cidade de João Pessoa: a memória do tempo. João Pessoa: Idéia, 1993.
2. AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. Uma cidade de quatro séculos. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985
3. ALMEIDA, Horácio de: História da Paraíba, vol 1 e 2. João Pessoa: Editora Universitária,1978.
4. ALMEIDA, Horácio de Contribuição para uma bibliografia paraibana. João Pessoa, A União, 1994.

5. ALMEIDA, Maurílio Augusto de. Presença de D. Pedro II na Paraíba. Recife: Mousinho Artefatos de Papel, 1975

6. AQUINO, Aécio Villar de: Felipéia, Frederica, Paraíba: os cem primeiros anos da vida social de uma cidade. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1988.

7. BATISTA, Juarez: Caminhos, Sombras e Ladeiras – esboço de perfil de cidade do Nordeste brasileiro. João Pessoa, A União, 1951.

8. BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 1972.

9. CARVALHO NETO et al. Evolução urbana de João Pessoa. João Pessoa, monografia de conclusão do CAU/UFPB, 1981.

10. HERCKMAN, Elias: Descrição Geral da Capitania da Paraíba – 1639 – publicada na crônica do Instituto de Utrecht. João Pessoa, A União, 1982.

11. HISTÓRIA DA CONQUISTA DA CAPITANIA DA PARAÍBA (anônimo). Campina Grande, FURNe/ UFPB, 1983.

12. JARDIM, Vicente Gomes. "Monographia da Cidade da Parahyba do Norte" In Revista do IHGP, volumes 2 e 3. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910/1911

13. JOFFILY, Irineu: Notas sobre a Parahyba. Brasília, Thesaurus, 1977.

14. LEAL, Wills: Memorial da festa das Neves. João Pessoa, Prefeitura Municipal, 1992.

15. MAIA, Alexandre et al. Evolução do uso residencial em João Pessoa. João Pessoa, monografia de conclusão do CAU/UFPB, 1984.

16. MEDEIROS, Coriolano: O Tambiá da minha infância. João Pessoa, A União, 1994.

17. MELO, José Octavio: Os coretos no cotidiano de uma cidade. João Pessoa, Fundação Cultural do estado da Paraíba, 1990.

18. PINTO, Irineu Ferreira: Datas e notas para a história da Paraíba, volumes 1 e 2. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

19. REIS, Nestor Goulart. Evolução urbana do Brasil 1500/1720. São Paulo: Pini, 2000

20. RODRIGUEZ, Janete Lins e DROULERS, Martine: João Pessoa – Crescimento de uma capital. João Pessoa: Governo do Estado / Fundação Casa de José Américo, 1981

21. RODRIGUEZ, José de Nazareth (org.): 2 séculos da cidade –Passeio retrospectivo – 1870/1930. João Pessoa, Interplan, s.d.

22. RODRIGUEZ, Walfredo. Roteiro sentimental de uma cidade. João Pessoa: A União, 1994

23. ROSSA, Walter. A urbe e o traço – Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002.

24. SORIANO, Ana Gabriela W.: Cenários Modernizados – Os espaços públicos da Parahyba 1916-1924. João Pessoa, monografia de conclusão do CAU/UFPB, 2001.

25. SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de: Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945. Campinas, tese de doutorado apresentada à Unicamp 2001.

26. TAFURI, Manfredo: La esfera y el labirinto. Barcelona, Gili, 1984

27. TAVARES, João de Lyra: Apontamentos para a história territorial da Parahyba. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1982.